

Canteiro discursivo: transposição alagoana do rio São Francisco uma intervenção cíclica no semiárido?

Amanda Monteiro Melo (Mestranda em Ensino de História/UFS)

Resumo

A definição de semiárido não se limita aos aspectos naturais, inclui processos políticos, econômicos, sociais e culturais. Entretanto, as construções imagéticas dessa região variaram no tempo e no espaço. Segundo Castro (2001), a base dessa construção é a relação ser humano e natureza, que apesar de serem interdependentes, aparecem de forma unificada através da seca, ou até mesmo na segunda se sobrepondo a primeira. Atualmente, a natureza dessa “região adversa” aparece com um potencial produtivo através de atividades como o turismo ou o *agrobusiness*. Essas construções imagéticas-discursivas tiveram impactos nas políticas de intervenção no semiárido. Uma dessas intervenções é o Canal do Sertão. Com aproximadamente 268km de extensão, influenciará 42 municípios de forma direta (CODEVASF; HYDROS TECNOSOLO, 2003, p.10). Analisar como se insere o Canal do Sertão nessas políticas de intervenção no semiárido constitui o objetivo deste trabalho. Para conseguir o escopo da pesquisa levantamos informações bibliográficas em revistas, artigos, dissertações, teses e livros. Fizemos buscas *online* nos arquivos da Biblioteca Geraldo Rocha, em Brasília, a partir da palavra-chave “canal do sertão alagoano”, dos arquivos encontrados, nos propomos analisar três: o *estudo de viabilidade técnico-econômica de irrigação das microrregiões Sertão Alagoano e Batalha*, publicado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), em 1981; a *pré-viabilidade do sistema integrado de aproveitamento dos recursos hídricos para o Sertão Alagoano* e o *Projeto Básico de construção do Canal do Sertão*, ambos realizados pela Consultoria, Estudos e Projetos (COHIDRO), em 1991. A perspectiva inicial do Canal do Sertão pertence às estratégias de desenvolvimento regional, aplicadas durante o regime militar, tratadas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) I e II, pautados na lógica de integração nacional.

Mas as diversas transfigurações em seus objetivos permeiam todas as intervenções hegemônicas para o semiárido.

Palavras-chave: Canal do Sertão; Políticas; Semiárido.

Abstract

The definition semi-arid is not limited by natural aspect, it includes political, economical, social and cultural processes. However, these imagetive constructions of the semi-arid region varied according to time and space. Following Castro (2001), the basis of this construction is the relationship between humans and nature which appear unified or even the latter overwhelming the first during drought periods, despite the fact of humans and nature interdependent among themselves. Nowadays, the nature of this "adverse region" appears as a productive potential through activities such as tourism or *agrobusiness*. These discursive-imagetic constructions have had impact on intervention policies on the semi-arid region. One of these interventions is the Canal do Sertão. Approximately 268km long, it will directly 42 municipalities (CODEVASF; HYDROS TECNOSOLO, 2003, p.10). To analyze how the Canal do Sertão inserts itself in these interventions policies in the semi-arid region is the very object of this work. To achieve this objective we retrieved bibliographic informations from periodicals, articles, dissertations, theses and books. We have made online searches in the archives of Geraldo Rocha Library, in Brasília, using the key-word "canal do sertão alagoano". Among the found results, we analized three archives: "*Estudo de viabilidade técnico-econômica de irrigação das microrregiões Sertão Alagoano e Batalha*", published by the Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), in 1981; "*Pré-viabilidade do sistema integrado de aproveitamento dos recursos hídricos para o Sertão Alagoano*" and "*Projeto Básico de construção do Canal do Sertão*", both of them made by Consultoria, Estudos e Projetos (COHIDRO), in 1991.

Key Word: Sertão canal; Policies; Semi-arid

Introdução

O Semiárido enquanto construção imagética se transfigurou durante o tempo, espaço e intencionalidade. Nesse processo são formados e se formam os símbolos e as representações que serviram e ainda servem como pano de fundo para diversos gêneros da expressão humana, como também para justificar intervenções política nessa região. Atualmente, o semiárido brasileiro abrange alguns municípios da região Nordeste e do estado de Minas Gerais, a delimitação vigente do semiárido realizada pelo Grupo de Trabalho Interministerial- GTI, obedece a três critérios técnicos: “Precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; índice de Aridez de *Thorntwaite* igual ou inferior a 0,50; percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano” (BRASIL, 2017). Por outro lado, compreendendo que o “Semi-árido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só” (MALVEZZI, 2007, p.09).

No final do século XIX, é forjada a imagem do sertão associado à seca, construção que permanece no imaginário popular e utilizada no discurso e ação política, entretanto, apesar da constância imagética desse símbolo, não inviabiliza a criação de outros, como do potencial turístico e do *agrobusiness* (CASTRO, 2001). Tais construções imagéticas-discursivas tiveram impactos nas políticas de intervenção no semiárido, uma delas é o Canal do Sertão. Assim, objetivamos pesquisar como essa construção se insere nos projetos históricos para a região.

Para substanciar o escopo de pesquisa levantamos informações bibliográficas em materiais especializados como revistas, artigos, dissertações, teses e livros. Fizemos buscas nos arquivos a partir da palavra-chave “canal do sertão alagoano”. Encontramos disponíveis na Biblioteca Geraldo Rocha, em Brasília, 28 documentos, entre os anos de 1975-2016, porém pelas minhas diversas limitações em estar nessa cidade, entrei em contato, via *e-mail*, e pedi a digitalização dos documentos que dizem respeito a construção do Canal do Sertão. Atendida essa expectativa, escolhi três que mencionam pioneiramente o Canal do Sertão, sendo esse o critério de seleção. São eles: *A pré-viabilidade do sistema integrado de aproveitamento dos recursos hídricos para o Sertão Alagoano*, o *Projeto Básico de construção do Canal do Sertão*, ambos realizados pela Consultoria, Estudos e Projetos (COHIDRO) e lançados, em 1991. Por

fim, o estudo de viabilidade técnico-econômica de irrigação das microrregiões Sertão Alagoano e Batalha, publicado, em 1981, e serviu como base para os dois estudos anteriormente citados. Comparei esses documentos as políticas de intervenção no semiárido.

Por questões didáticas este trabalho será dividido em dois tópicos, a saber: no primeiro, demonstramos quais são os projetos políticos de intervenção no semiárido e no segundo analisamos como se insere o Canal do Sertão nos projetos políticos de intervenção no semiárido.

Intervenções no semiárido

A partir das imagens criadas sobre o semiárido que orbitam entre o atraso, pobreza, miséria, em oposição às potencialidades, foram e estão sendo gestadas três projetos de intervenção no semiárido. Na prática, esses projetos se revertem, em um primeiro momento, na resolução local através da distribuição de alimentos no socorro aos flagelados da seca, que era feito de forma emergencial e local. Com a nacionalização dos problemas de ordem climática, no final do século XIX, não apenas as províncias seriam responsáveis pela a resolução desses problemas, mas também o governo federal, a seca e seus efeitos deveriam ser combatidas, perspectiva que se consolida no século XX. Em meados desse mesmo século, a partir da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, a perspectiva era de aumentar a produtividade e a produção econômica na região, sobretudo com base na irrigação, já que o grande problema do Nordeste não é a seca, mas outros de ordem política, social e econômica, entretantes, com o Golpe Militar (1964), o projeto inicial da Sudene toma um rumo diverso do que foi planejado inicialmente. Outro paradigma foi desenvolvido, no final do século XX, o de convivência com o semiárido, combinado com a produção apropriada e a qualidade de vida da população local (SILVA, 2006). Houve, no entanto, quatro períodos históricos

a) o monopólio do exercício do poder político pelas oligarquias sertanejas, o que Francisco de Oliveira (1981) chama de 'Estado' capturado;

b) a disputa de interesses que se expressa no período do

desenvolvimento, entre as propostas reformistas do semiárido e as oligarquias sertanejas que permanecem no poder;

c) o autoritarismo estatal com uma perspectiva moderna, técnica e burocrática, mas com orientação conservadora da estrutura dominante; e

d) os novos processos de disputa de interesses, concepções, práticas e projetos políticos, que emergem no processo de redemocratização da sociedade brasileira, quando novos sujeitos políticos entram em cena (SILVA, 2006, p.201).

Alagoas (2017, p.10) também reconhece quatro períodos das políticas antisseca, a saber: “Soluções Hidráulicas (1877 a 1944); Período de Transição (1945 a 1958); Desenvolvimento Regional Planejado (1958 a 1969); Programas institucionais (1970 até hoje)”. É perceptível um diálogo entre as periodizações, entretanto, condensa os projetos políticos oriundos de novos agentes sociais, como ONG's, movimentos sociais e de educadores, entre outros. Talvez, porque sejam eles uma intervenção contra hegemônica no semiárido.

Combatendo para manter: institucionalização da seca

O discurso da seca não é recente e acontece desde o início da colonização, perpassando o império e a república, mas vira problema nacional apenas no final século XIX, como mostra Ferreira (2002, p.58). “Esse tipo de operação acontece dentro do mesmo modelo desde o século XVI, quando os jesuítas faziam os primeiros relatos sobre a estiagem. Em troca desses relatos os religiosos operavam como negociante: completavam o ato ao negociarem com a ‘coroa’ ajuda para a construção dos templos católicos”. A conclusão possível de se chegar é que no período entre século XVI a meados do século XVII, o governo de Portugal tinha conhecimento da seca no Nordeste do país, mas não adotou nenhuma política de enfrentamento deste fenômeno. Alguns chegavam a culpar o ‘ócio das populações’ pelos impactos negativos causados pela seca na região (ALAGOAS, 2017).

Dessa maneira, a seca sempre fez parte do cenário nacional, entretanto, só em meados do século XIX, o Governo imperial interviu de forma relevante no

semiárido, quando, em 1856, criou uma comissão científica para estudar a realidade do Norte seco. “A comissão tinha uma composição multidisciplinar, sendo formado por cinco setores: botânica; geologia e mineralogia; astronomia e geografia; e narrativa”. Dessa comissão surgiram propostas soluções que pudessem resolver o problema das secas, as quais foram usadas no século seguinte, principalmente a açudagem e a construção de estradas. Nesse mesmo relatório foi indicado um mecanismo posto no século XXI, a transposição do rio São Francisco (SILVA, 2006, p.44).

As maneiras até então usadas para lidar com as consequências da seca eram de cunho local, não comportando as proporções que tomaram a seca de 1877-79. Neves (2003, p.170) deixa claro que a dimensão assumida pela seca de 1877, “explicada pela sua incomum amplitude ou pelo aumento da população nas áreas afetadas, exigiu do governo uma tomada de posição, cujas características refletem a ambiguidade das transformações políticas pelas quais passava a sociedade brasileira no momento”. Os laços paternalistas de reciprocidade estavam pautados na lealdade e proteção eram acionados exigindo das elites um providencia, tendo em vista que auxílio aos sertanejos assumido pelas iniciativas locais provinciais não comportavam a dimensão de atingidos pela seca. Por tanto, as elites pressionam por uma intervenção do governo central, a qual se estabeleceu através das obras contra à seca.

Pois na percepção dos atingidos, no período de crise, não eram apenas aos fazendeiros locais que deveriam recorrer, mas também ao Estado, assim o socorro nas frentes de trabalho passa a ser cobrado. Nesse sentido, E. P. Thompson (1987) entende que o costume era a retórica de legitimação do uso, prática ou direito reclamado, estando em um fluxo contínuo, longe de sugerir permanência da palavra tradição, “o costume era um campo para a mudança e disputa” (1987, p.16).

Nessa disputa, segundo Pomponet (2009), atendendo a alguns anseios foi criado em outubro de 1909, a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), inspirada no *Reclamation Service*, surgido nos Estados Unidos em 1902, com o foco principalmente para construções hídricas, essa foi a gênese do que veio se tornar o IFOCS e depois o DNOCS, Oliveira (1981, p.53) demonstra qual o seu campo de ação,

A IFOCS e depois o DNOCS orientaram sua ação para a construção de barragens, que represassem água para os períodos de seca; para

a perfuração de poços, ali onde não havia rios para represar; para a construção de barragens que visassem a propiciar uma agricultura irrigada; para a construção de estradas de rodagem no interior da zona semi-árida; e finalmente para a elaboração de estudos ecológicos num sentido amplo, geológicos, botânicos, pedológicos, hidrológicos, que lhes fornecessem o necessário acervo de conhecimento para a adoção das técnicas mais adequadas para a expansão agropecuária no trópico semi-árido.

Em 1945, o IFOCS é renomeado mais uma vez, agora para Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, recebendo mais autonomia e diversificação, com destaque para a exploração agrícola nos açudes já construídos, porém permanecendo com o foco nas atividades de açudagem e irrigação (POMPONET, 2009). Essa diversificação se deu devido às várias críticas a ação governamental de combate à seca. Silva (2006, p. 64) sintetiza quatro delas: O limite da açudagem, por ser custosa e por conta das altas temperaturas que faz com que a água acumulada rapidamente evapore; a fragilidade da estrutura física dos pequenos e médios açudes, que se rompiam com as grandes enxurradas e não conseguiam acumular água suficiente para abastecimento por tempo suficiente nos anos seguidos de seca; falhas de funcionalidade social dos grandes açudes que não foram concebidos para garantir a melhora da produção agrícola, e beneficiava um número bastante restrito de pessoas; e as áreas irrigadas estavam sob o domínio dos grandes proprietários, que utilizavam a água para a manutenção das fazendas de gado, bem como para gerar uma relação de dependência com os sertanejos pobres.

Para Oliveira (1981, p.53), o DNOCS como forma de intervenção do Estado, manteve, mais do que transformou, as condições das estruturas políticas, econômicas e sociais, apesar das críticas: “conduziu, em suma, a uma forma de Estado oligárquico, onde se funcionavam e tornavam-se indistintas as esferas próprias do Estado e da sociedade civil”. O controle desse organismo estatal, ainda segundo o autor, foi capturado pela oligarquia algodoeira-pecuária. A seca tornou-se, assim, uma possibilidade de arrecadação dos recursos públicos pelas elites de maneira a transporta-los para seus cofres particulares. Como mostra Lisboa (2007, p.114), o resultado dessa perspectiva de intervenção, ao invés de sanar os problemas da região, acabou por reforça-lo, [...] “já que os recursos foram usurpados pelos coronéis

que se apropriam da velha experiência escravista, explorando o trabalho nas frentes de emergência”. Dessa forma, os sertanejos só são beneficiados com as obras de combate à seca em nível do discurso, pois em nível prático essas obras alicerçavam uma forma de dominação das elites locais e regionais.

A perspectiva desenvolvimentista no Nordeste

Nesse segundo momento, a partir da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), há uma reorientação nas políticas de intervenção no semiárido. A perspectiva adotada não era de combate à seca, mas de desenvolvimento da região periférica

“[...]havia surgido, se consolidando pela expansão, uma burguesia industrial cujos interesses de reprodução do seu capital, de forma geral, não podiam mais ser confundidos com a forma de reprodução do capital controlado pelas oligarquias, e que, por isso mesmo, havia capturado o Estado, levando-o a implementar sistematicamente políticas econômicas cujos objetivos eram o reforço da acumulação industrial e cujos resultados, em grau surpreendente, corresponderam àqueles objetivos (OLIVEIRA, 1981, p.83. *Grifos do autor*).

Assim, como forma de intervenção, o modelo implantado no Nordeste para superar o subdesenvolvimento foi gestado a partir da incorporação do padrão urbano-industrial. A compreensão de Celso Furtado posta no Grupo Nacional de Desenvolvimento do Nordeste-(GTDN), e, posteriormente como resultado, a SUDENE, em 1959, orientou as políticas destinadas ao semiárido.

Montado, em 1958, o GTDN¹, “elaborou um diagnóstico sucinto da região, demonstrando que o grande problema da mesma não era de ordem climática como se afirmava, mas de ordem econômica” (ANDRADE, 1988, p.8). O texto *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*, lançado em 1959 por Celso Furtado, serviu de base para a criação do projeto da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O escrito faz uma análise do problema que representa o Nordeste, no

¹ No livro *Seca e Poder: Entrevista com Celso Furtado* (1998, p.63), Furtado revela que apesar do relatório ser atribuído ao GTDN, foi ele quem escreveu.

quadro do desenvolvimento nacional, como também tem objetivos ambiciosos, que é dá recomendações de como acabar com esse problema de forma definitiva.

O presente documento compreende uma análise sucinta do problema que representa o Nordeste, no quadro do desenvolvimento econômico e nacional, eu conjunto de recomendações concretas que levadas à prática, poderão modificar os dados desse problema e *encaminhar uma solução definitiva do mesmo* (GTDN, 1967, p.09. *Grifos meus*).

Outra abordagem do GTDN (1967), acompanhada de críticas, era o modo por meio do qual o DNOCS vinha lidando com a seca: o combate à seca através do departamento se caracterizava em medidas de curto e longo prazo. As primeiras resultam na criação de frentes de trabalho que mantinham as pessoas ocupadas gerando o mínimo de renda, retendo a população atingida pela seca. E de longo prazo, a construção de açudes. Essa preferência ocorre, entre outros motivos, com objetivo de manter as pessoas ocupadas, como demonstra Ferreira (2006, p.40), “[...] a seca era vista como escassez de água e o açude era posto como mola mestra para resolver este problema, pois permitia o acúmulo de água e também por absorver as ‘avalanches de flagelados’ que inundavam as cidades com ‘tenebroso espetáculo”.

O que se demonstrava através da SUDENE é a existência de dois países, um desenvolvido, representado por São Paulo e outro atrasado e subdesenvolvido representado pelo Nordeste. Essa dualidade criada entre as diferenciações regionais, serviu não apenas para instituir a região, mas também “exerceu uma tarefa ideológica de justificação de uma intervenção capitalista ressaltada como necessária à aniquilação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais, face à situação da região Nordeste, classificada como arcaica” (LISBOA, 2007, p. 112).

Esse viés de resolução das discrepâncias regionais fica claro no relatório da GTDN (1967), no qual é apontado que o Nordeste contribuiu para o desenvolvimento do centro-sul, através da capacidade de importação. Em outras palavras, o Centro-Sul vende mais mercadorias do que compra do Nordeste.

Em síntese: na forma como foram conduzidas, no último decênio, as relações econômicas do Nordeste com o centro-sul têm sido prejudiciais à região mais pobre de recursos e de menor grau de desenvolvimento. No que respeita à transferência de renda, a ação do

governo federal tem-se limitado a compensar a tendência imigratória dos capitais privados nordestinos para a região que oferece melhor oportunidade. (GTDN, 1967, p.32).

No ponto de vista adotado, se fossem criadas condições propícias para a absorção de capitais privados, o Nordeste poderia ter um crescimento maior se comparado ao centro-sul. Esse crescimento dependerá, “seja de um impulso dinâmico gerado de fora, seja de modificações estruturais que permitam crescer apoiando-se na própria procura interna. No primeiro caso, os elementos dinâmicos do desenvolvimento são as exportações; no segundo a industrialização”. (GTDN, 1967, p.35). Continua a defender que, “se para o Centro-Sul do Brasil a industrialização é uma forma racional de abrir o caminho ao desenvolvimento, para o Nordeste ela é, em certa medida, a única forma de abrir esse caminho”. Caso essa alternativa se mostrasse inviável, restaria ao Nordeste “senão a alternativa entre despovoar-se ou permanecer como região de baixíssimo nível de renda (GTDN, 1967, p.51).

Analisando essa proposta de resolução das discrepâncias regionais, com o suporte teórico-metodológico marxista, Lisboa (2007, p.24) demonstra a organicidade da interdependência no sistema capitalista, seja internamente em cada país, ou entre países. “Essas estruturas sócio-econômicas provenientes de diferentes etapas do desenvolvimento histórico se combinam numa formação histórica particular, contraditória, mas com sentido coerente, como partes que se alimentam reciprocamente” (LISBOA, 2007, p.24). Ou seja, fazia parte da estrutura capitalista essa relação dual que se apresentava no Brasil. Dessa maneira, não se deve apontar os desniveis regionais como consequência do imperialismo paulista, mas à integralidade do capital.

Essa integralidade gera também uma divisão do trabalho por região, nesse sentido, houve uma concentração industrial na região de São Paulo, enquanto a região Nordeste coube a produção agrícola. Dessa forma, “as disparidades regionais aparecem como inerentes a inserção das regiões de reprodução capitalistas, de modo que as diferenças seriam inevitáveis” (LISBOA, 2007, p. 123). Concordando com a não existência de dois Brasis, Oliveira (1981, p.89) demonstra que essas diferenciações regionais fazem parte da expansão do capitalismo “que não se encampa nem se trabalha sobre uma dualidade ou multiplicidade de ‘Brasis’, ao estilo

Jacques Lambert ou mesmo ao modo cepalino. Esses 'Brasis' não são mais que a força diferenciada da expansão do capitalismo”.

Nesse sentido, as políticas implantadas pela SUDENE pouco se diferenciaram da ação que vinha sendo executada pelo DNOCS de combate à seca. E se nas primeiras ações políticas de intervenção do semiárido o “Estado foi capturado” pelas elites pela oligarquia algodoeira-pecuária, que se utilizou dessas intervenções para manter o rebanho, a produção e o poderio político, a SUDENE, por sua vez, foi “um aviso prévio do Estado autoritário, da exacerbação da fusão Estado-burguesia, da dissolução da ambigüidade Estado-burguesia, a tal ponto que um se confunde com o outro, e os limites de Estado e sociedade civil parecem borrar-se completamente” (OLIVEIRA, 1981, p.125).

Sem mais aviso prévio, o Golpe Militar, em 1964, retirou a relativa autonomia da SUDENE, que ficou à mercê da Política de Integração Nação dos militares. Segundo Lisboa (2006), o Nordeste, seria integrado a economia nacional, que na prática culminou na sua desintegração, pois diferentemente do que foi proposto inicialmente pela GTDN, o processo de industrialização feita no semiárido não partiu das realidades local, foi introduzido pelo capital estrangeiro associado a empresas da região Sul do país. Assim, como consequência houve uma “concentração de renda e de poder gestada como subproduto desse processo, que se soma à tendência geral de qualquer economia capitalista” (OLIVEIRA, 1981, p.130). Nesse sentido, o Nordeste foi inserido na divisão regional do trabalho, na qual lhe coube a produção agrícola.

Mudança para conservar: face constante do desenvolvimento

Entre as décadas de 1970 e 1980, durante o período militar, as políticas regionais de desenvolvimento foram tratadas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, pautados na lógica de integração nacional.

O I PND aprovou diretrizes para os anos de 1972 a 1974. Pretendia consolidar o núcleo de desenvolvimento do Centro-Sul, com a criação de regiões metropolitanas, construção integrada de indústria e tecnologia, com a implantação de novos polos

regionais, sendo que no Sul o agroindustrial, enquanto no Nordeste o industrial-agrícola, já na Amazônia e no Planalto Central o agropecuário (BRASIL, 1971).

Na área do Programa de Integração Nacional: 1) transformar a agricultura do Nordeste, na forma do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), tornando viável-econômica, social e politicamente- o desenvolvimento da agricultura do Nordeste, para mudar em economia de mercado a sua agricultura tradicional, com a racionalização da estrutura agrária e a introdução de nova tecnologia em suas culturas básicas; e ainda desenvolver o Programa de Irrigação do Nordeste; 2) expandir a fronteira agrícola, para incorporar os vales úmidos do Nordeste, notadamente o do São Francisco, e novas áreas na Região Amazônica e no Planalto Central (BRASIL, 1971, p.24).

A Política de Integração que visa, especificamente, o desenvolvimento do Nordeste e ocupação da Amazônia, se dava também por meio de incentivos fiscais. Especificamente na região semiárida, no que concerne o desenvolvimento agrícola, a estratégia previa a construção de açudes, exploração da água do subsolo, construção de barragens e obras de engenharia rural.

Dentre as diretrizes de ação do PND, podemos citar a construção da Transamazônica; Migração e ocupação dessa área de construção; O Plano de Irrigação do Nordeste, entre outras. Já o PROTERRA, como principais áreas de atuação previam: o apoio ao agricultor consistindo de um lado, a redistribuição de terra, por outro e prestaria assistência através de crédito, assistência técnica e social, além de prever programa de industrialização de produtos agrícolas no Nordeste. (BRASIL, 1970). Assim, “diferentes mecanismos de intervenção foram acionados, como a política de preços mínimos, o crédito rural, a pesquisa e a extensão num contexto de transição do país rural, focalizando pelo Censo Demográfico de 1970” (LISBOA, 2007, p.126).

O II PND aprovou diretrizes para o ano de 1975 a 1979, dando continuidade ao investimento em construção de indústrias no Nordeste, com enfoque de integração nacional, visando tornar o Brasil uma potência econômica.

Diferente do primeiro plano de desenvolvimento, é demonstrado de forma explícita a necessidade de uma reforma agrária. “Execução da Reforma Agrária e de Programas de Redistribuição de Terras, nas áreas em que as distorções no sistema

de propriedade fundiária sejam obstáculo ao desenvolvimento agropecuário, nos aspectos de produção e de bem-estar do trabalhador” (BRASIL, 1974, p.44). Entretanto, como se pode ver não são as terras do latifúndio improdutivo que devem ser reformadas, tendo assim, um caráter seletivo.

Para o semiárido propunham minimizar as consequências geradas pela seca na região com o PIN, PROTERRA e programa de Irrigação do Nordeste, executados pela então criada CODEVASF, em conjunto com o DNOCS e a SUDENE.

Dentro desse programa, incluir-se-á componente relativo à transformação da agricultura das regiões semi-áridas, de modo a tornar a atividade produtiva adaptada às condições climáticas, através do desenvolvimento da tecnologia de cultivo e o manejo racional do solo e da água. E Programa de Irrigação do Nordeste, com vistas ao aproveitamento dos recursos de água e solos irrigáveis, considerando-se, além da implantação de sistemas de irrigação e das lavouras irrigadas, esforço harmonizado de desenvolvimento e de elevação do padrão de vida do homem do campo (BRASIL, 1974, p.46).

No II PND, o governo deixava claro o apoio à lógica a qual Lisboa (2007) define “integrando para desintegrar”, pois a filosofia do governo era “de apoio ao regime de mercado, com a divisão de trabalho já definida. Nas áreas de responsabilidade da iniciativa privada, o setor público estará ativamente apoiando e estimulando a empresa, para que ocupe efetivamente os campos à sua disposição” (BRASIL, 1974, p.50). Tal política permitia a integração econômica das regiões, sob a lógica da divisão do trabalho. Segundo Lisboa (2007), o resultado dessa filosofia, foi uma modernização seletiva, só algumas regiões específicas eram contempladas, como a indústria da cana. Outra observação feita, diz respeito a utilização do crédito rural, grandes e médios proprietários tinham acesso, fortalecendo a agricultura de exportação.

Com o regime militar, a Sudene se distancia da proposta original e passa a ser a grande financiadora de projetos que em nada diminuí as desigualdades, pelo contrário, as acentuou. Segundo Lisboa (2007), a maior parte dos recursos foram aplicados nos polos industriais de Recife, Salvador e Fortaleza. Dessa forma, o planejamento se firmou como instrumento da apropriação de novos espaços para o capital.

O que em comum tem entre essas propostas é que foram assumidas por políticas governamentais, combinando as seguintes características:

- a) a finalidade da exploração econômica, como elemento definidor da ocupação e uso do espaço no semiárido;
- b) a visão fragmentada e tecnicista da realidade local, das potencialidades, problemáticas e das alternativas de superação das secas e de suas consequências; e
- c) proveito político dos dois elementos anteriores em benefício da elite política e econômica que exerce o poder local (SILVA, 2006, p.25).

As intervenções aqui mencionadas fazem parte dos projetos hegemônicos de ação no semiárido. Houve a oposição da forma que se compreendia e interferia no semiárido, um exemplo dessa oposição, foram as ligas camponesas. Movimentos de oposição foram crescendo e ganhando corpo, principalmente na década de 1980, com o processo de abertura política e democratização do país, havendo um embate entre o projeto hegemônico e contra-hegemônico que se metamorfoseia no movimento de convivência com semiárido, tematizado no próximo tópico.

Convivência com o semiárido

No final do século XX, há uma mudança de perspectiva de discurso e ação para a região semiárida. A seca não precisa ser combatida, mas deveriam ser criados mecanismos de convivência com ela. Diferente das intervenções anteriores, a convivência com o semiárido não pertence ao poder político tradicional local. “Dessa vez, o protagonismo é de alguns órgãos públicos de pesquisa e de um conjunto de organizações sociais (ONG’s, igrejas, Movimentos sindicais etc.) que estão constituindo uma força política emergente no Semi-árido” (SILVA, 2006, p.27). Malvezzi (2007, p.61) também concorda que a convivência com o semiárido é protagonizada por diferentes agentes políticos e difere das práticas seculares de intervenção no semiárido.

Essa perspectiva de convivência não é algo totalmente novo, há um resgate de produções de intelectuais, como as Manoel Correia de Andrade, Celso Furtado, de reflexões sobre o semiárido que visem construir ou resgatar a relação entre homem e natureza.

O debate dessa relação foi feito por Celso Furtado (1974), o que ele chama de *mito do progresso*. Tese desenvolvida pelas potências econômicas na qual o desenvolvimento seria progressivo entre centro/periferia, contrariando esse argumento, Furtado (1974) alude que mesmo que isso ocorresse, se todos os países chegassem ao “ideal” capitalista a economia mundial entraria em colapso, pois os recursos naturais são finitos, como solução o autor apontou uma industrialização compatível com a renovação da natureza.

Já Manoel Correia de Andrade (1988) demonstra que a intervenção no semiárido deve ser de cunho social e ecológico, seguindo a perspectiva de convivência harmônica entre homem e natureza, “é preciso orientar no sentido de que a agricultura seja feita com o maior respeito à preservação do meio natural, de forma a não depredar os recursos naturais” (ANDRADE, 1988, p.81). Ainda segundo o autor, as políticas públicas devem estar voltadas para a realidade, a necessidade e com a participação do sertanejo. Dessa forma, a convivência com o semiárido segundo Silva (2006), é de uma postura cultural que visa à contextualização de saberes e práticas, sejam elas tecnológicas, econômica e política, apropriadas ao semiárido, reconhecendo que a região não é homogênea, considerando imaginário da população local historicamente (des)construído.

Para Malvezzi (2007, p.13), o segredo da convivência com o semiárido é compreender como o clima funciona, resgatando a crítica que a seca não deve ser combatida, adaptando-se a ela de forma inteligente, é necessário a intervenção consciente no meio ambiente, que respeite o ecossistema. Assim, se faz necessário produzir e estocar os bens em tempos chuvosos para que o período sem chuva não seja sinônimo de falta.

O principal bem a ser estocado é a própria água, pois, a rigor, não falta água no semiárido, há uma irregularidade pluviométrica.

Entretanto, não basta apenas o acesso à água, é preciso também o acesso à terra. A democratização da terra é fundamental para a convivência no semiárido, não basta apenas ter tecnologias adequadas de convivência e uma educação contextualizada. Sendo necessárias mudanças “subjetiva e objetiva. A mudança subjetiva passa por uma nova educação, contextualizada, que deveria começar pelo próprio currículo escolar; a mudança objetiva passa pelas novas tecnologias”

(MALVEZZI, 2007, p.106). Tecnologias que dizem respeito ao aproveitamento dos bens local somada ao acesso à terra.

Transposição alagoana do rio são Francisco uma intervenção cíclica no semiárido?

O Canal de Adução do Sistema Integrado de Aproveitamento Hídrico do Sertão Alagoano ou Canal do Sertão pretende captar água do Rio São Francisco a partir da cidade de Delmiro Gouveia até a cidade de Arapiraca, agreste de Alagoas. Segundo o relatório lançado pelo governo de Alagoas, em 2017, o objetivo de construção foi:

Reduzir os impactos negativos da seca sobre a população alagoana, o Governo do Estado, em 1992, optou pela construção de um canal que cortaria o sertão e parte do agreste alagoano, levando água do rio São Francisco até os municípios mais afetados. Mais tarde, o Canal do Sertão, como é chamado, passou a integrar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal (ALAGOAS, 2017, p. 4).

A finalidade de construção do Canal do Sertão parte da perspectiva hídricas como forma de reduzir o impacto negativo da seca, como confirma Faião (2010), a região do sertão e agreste alagoano são caracterizadas pelo clima adverso à exploração agrícola, pecuária e comercial. As diversas estiagens fazem com que essas populações vivam em estado crítico. Visando modificar essa situação o Governo de Alagoas “contratou um estudo para a implementação de um Canal Adutor que conduzirá água do Rio São Francisco para toda a região, tanto para consumo humano, como para projetos de irrigação, culturas de sequeiro, dessedentação de animais e o desenvolvimento da aquicultura empresarial” (FAIÃO, 2010, p.19).

Além disso, o Governo de Alagoas, coloca essa obra como primeira intervenção efetiva no semiárido alagoano, pois nunca houve um projeto de desenvolvimento para o semiárido de longo prazo. Segundo a instituição,

Dentro do processo de formação histórica e política e de ocupação territorial no estado de Alagoas, o Semiárido sempre foi colocado em segundo plano e nunca houve de fato um projeto de desenvolvimento

de longo prazo para a região que, desde os primeiros relatos da época do período de colonização, sofre com os efeitos devastadores da seca (ALAGOAS, 2017, p. 15).

Entretanto, como visto no tópico anterior, as políticas para o semiárido foram desenvolvidas pelo governo federal, mesmo de caráter insipiente, tendo em vista que nos períodos de estiagem prolongada há uma desorganização socioeconômica dessas regiões.

O que podemos observar é que houve uma mudança nos objetivos, no percurso, na população alvo e na própria compreensão do canal do sertão enquanto política de intervenção para o semiárido. No primeiro momento, a obra se articula ao projeto de desenvolvimento nacional, que tinha como política a irrigação para o desenvolvimento regional do Nordeste. Depois, vai se perdendo progressivamente a ideia do desenvolvimento permanecendo a ideia de combate à seca.

Essa primeira perspectiva de desenvolvimento regional, pode ser observada no relatório produzido pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo- IPT, esse solicitado, no início de 1979, pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Alagoas- CODEAL para identificar as áreas potencialmente irrigáveis das microrregiões de Sertão Alagoano e Batalha, bem como para definir os recursos hídricos disponíveis para esse fim.

A pesquisa, publicada dois anos depois, traçou critérios de planejamento para as microrregiões a partir de um diagnóstico socioeconômicos e físico. Para isso, além da consulta a dados disponíveis em entidades municipais, estaduais, federais, segundo o relatório a população teve seus anseios ouvidos “através de entrevistas com lideranças locais (prefeitos, vereadores etc.) e com agricultores e camponeses, com o objetivo de se detectarem suas necessidades mais prementes” (IPT, 1981, p.03).

O projeto de construção do Canal do Sertão foi proposto como alternativa a partir da publicação do IPT, em 1981, solicitado pela CODEAL. “Perenização dos cursos d'água principais e adução d'água para as áreas potencialmente irrigáveis, através de um grande canal tomando água do rio São Francisco na altura do reservatório de Moxotó. Esta alternativa corresponde à primeira solicitação da

CODEAL” (IPT, 1981, p.12). Diferentemente do apresentado por Alagoas (2017) no qual afirma, que foi no Governo de Geraldo Bulhões, apenas em 1992, surgiu o projeto do Canal do Sertão.

Foi nessa perspectiva que, no ano de 1992, surgiu o projeto do Canal do Sertão Alagoano, na gestão do então governador Geraldo Bulhões, com o objetivo de desviar uma parte da água do rio São Francisco, levando-a aos municípios mais afetados pela seca em Alagoas, através de um canal que sairia de Delmiro Gouveia e chegaria em Arapiraca (ALAGOAS, 2017, p.18).

Outra mudança percebida, entre o que se tinha pensado e o que foi concretizado, é o percurso. Segundo Alagoas (2017) o Canal do Sertão, atualmente, sai de Delmiro Gouveia e chega a Arapiraca, todavia, tanto no relatório publicado pelo o IPT e até mesmo no relatório publicado no governo de Geraldo de Geraldo Bulhões, em 1991, Arapiraca não é mencionada, bem como a região Agrestina. As cidades contempladas com a obra seriam as que fizessem parte da microrregião do sertão alagoano e de Batalha.

O estímulo de pesquisa de áreas irrigáveis, do final da década de 70 do século passado, se insere nas metas governamentais do desenvolvimento do setor interno agrícola, “a irrigação desponta como um fator de alta importância, não só pelo aumento da produtividade, mas também pela melhoria da qualidade e das condições de confiabilidade da produção agrícola” (IPT, 1981, p. 04). Essa política faz parte do programa de integração nacional contida no Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II, nos quais uma das diretrizes foi a irrigação.

O estudo do IPT buscou viabilizar maneiras de “garantir a fixação espontânea do homem à terra, através da implantação do perímetro irrigado” (IPT, 1981, p.05). Perspectiva diferente do que só colocava nos anos 60 pela SUDENE, que fomentava a migração para a regiões úmidas do Maranhão.

Essa pesquisa do IPT foi dividida em três etapas, a saber: definição dos potenciais de desenvolvimento e irrigação, nessa fase foram levantados dados socioeconômicos, de solos e de recursos hídricos; na segunda etapa, esses dados foram mensurados e a partir deles traçadas diretrizes de desenvolvimento das microrregiões; por fim, a terceira fase buscou perceber as vantagens e desvantagens

dos planos traçados, culminando em determinação dos programas prioritários para o desenvolvimento das microrregiões.

No levantamento da realidade socioeconômicas foi constatado que as características da região se apresentam como tipicamente rural, sua população totalmente voltada para as atividades agropecuárias.

Com base nessas considerações foram feitas proposições sobre o planejamento dessas regiões. A da bacia leiteira está ligada a uma política de governo de distribuição de renda, já que o leite e seus derivados são consumidos por um público de poder aquisitivo elevado. Dessa forma, foi desaconselhável “qualquer investimento isolado de uma política mais abrangente a nível estadual para aumento da produtividade e expansão da produção” (IPT, 1981, p.20).

Nas cidades que fazem parte da microrregião de Batalha, mas não da Bacia Leiteira foi previsto um cenário não muito favorável ao pequeno produtor, pois haveria uma progressiva expulsão do campo com a entrada de grupos empresariais de fora ou oriundos do setor secundário. Para evitar ou reter esse processo, o pequeno proprietário deveria ser auxiliado através de assistência técnica e/ou outras medidas. Nesse sentido, é enfatizada a necessidade de planejamento da irrigação na região, pois poderia haver a cooptação por grupos de fora, acentuando o processo de expulsão dos sertanejos da terra (IPT, 1981).

O estudo indicou como possível caminho para o desenvolvimento das microrregiões, com o objetivo de fixação espontânea das populações ao campo, as seguintes metas: a curto prazo, obras de saneamento básico (água para abastecimento e esgotos); de médio prazo: melhoria das condições de trabalho e alteração da estrutura fundiária. Assim, a irrigação só poderia ser executada, quando as metas citadas fossem cumpridas. Nesse sentido, as escalas de prioridades são: a) abastecimento das populações; b) abastecimento do gado e adução de água para irrigação. “O atendimento à primeira prioridade deve considerar, em princípio, a adução de água do rio São Francisco como a alternativa mais adequada” (IPT, 1981, p.23). No geral, como mecanismos alternativos para o uso dos recursos hídricos, estão:

Perenização dos cursos d'água principais e adução d'água para as áreas potencialmente irrigáveis, através de um grande canal tomando água do rio São Francisco na altura do reservatório de Moxotó. *Esta alternativa corresponde à primeira solicitação da CODEAL.*

Perenização dos cursos d'água principais e adução d'água para as áreas potencialmente irrigáveis, através de um sistema de açudes nas cabeceiras, incluindo aqueles já existentes, e pequenas barragens, soleiras etc... Nos cursos médios e inferiores.

Otimização do aproveitamento de fontes d'água subterrâneas (minadores, olhos d'água).

Otimização do aproveitamento de poços, a partir da avaliação da situação dos poços instalados.

Implantação de adutoras d'água no rio São Francisco, com fins de abastecimento da população e irrigação (IPT, 1981, p.12. *Grifos nossos*).

Segundo o relatório, as cinco alternativas são mutualmente compatíveis, entretanto, a prioridade da CODEAL foi a construção de um canal de transposição do rio São Francisco. O IPT justifica essa “otimização” do uso dos recursos hídricos através do discurso da seca como um problema físico. Na perspectiva do IPT “ressalta-se o problema da carência de água que, juntamente com outras condições adversas do meio físico, submete populações inteiras ao flagelo das secas” (IPT, 1981, p.12). Com relação às formas até então vigentes do uso da água, foi verificado limitações devido à salinização, evaporação e poluição.

Já no estudo publicado 10 anos depois pela COHIDRO (1991), constatou-se na região, “que a grande maioria dos açudes construídos apresentam-se apenas parcialmente aproveitados pela população, uma vez que as suas águas representadas possuem teores salinos tão elevados que as tornam imprestáveis, até mesmo para fins agrícolas” (COHIDRO, 1991, p.14).

Além da não alternativa do uso dos açudes, descartou-se também o uso dos três rios da região, Ipanema, Moxotó e Capiá, devido a problemas de poluição causados pelo acesso de animais e lavagem de roupas e o uso de água subterrânea devido a salinização. Restando apenas o rio São Francisco como o manancial mais

indicado para o uso da água tanto para irrigação, quanto para consumo, identificáveis cinco áreas.

TABELA 1: Áreas potencialmente irrigáveis, elaboração da autora tendo como referência IPT (1981)

ÁREAS POTENCIALMENTE IRRIGÁVEIS	CIDADES	SOLOS POTENCIALMENTE IRRIGÁVEIS
Área I	Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado e Água Branca	3000 há
Área II	Canapi e Inhapi	20500 ha.
Área III	Riacho Grande (topônimo de Senador Rui Palmeira), Carneiros, Olho D'Água das Flores, Santana do Ipanema e São José da Tapera.	9300 há
Área IV	Batalha e Jacaré dos Homens	1400 há
Área V	Major Isidoro e Jaramataia	2200 há

A partir da identificação dessas áreas, foram propostas obras de engenharia para irrigação, cumprindo o objetivo de evitar o êxodo rural e aumentar a produção. Após a apresentação do estudo do IPT, dez anos depois, no início de 1991, a COHIDRO, contratada pelo Governo do Estado de Alagoas, apresentou a concepção do Sistema Integrado de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para o Sertão Alagoano, abordando aspectos técnicos e econômicos de aproveitamento do reservatório de Moxotó e do futuro reservatório de Xingo. Os estudos então apresentados, a nível de pré-viabilidade, foram elaborados como uma forma de ilustrar o potencial econômico e o alcance social do Sistema.

No projeto de pré-viabilidade a proposta de acesso água é colocada como elemento primordial de transformação social e econômica na zona rural, retoma-se o discurso do IPT (1981) de não apenas acesso água, mas ao saneamento básico e saúde pública, entretanto, ao longo do estudo não se demonstra como isso poderia ser feito.

Mantem-se a perspectiva das instituições governamentais como responsáveis por criações de políticas públicas para a oferta de água para as populações rurais,

“através de projetos onde o físico esteja integrado ao social, com soluções técnicas servindo de catalizador ao processo de transformação social e econômica” (COHIDRO, 1991, p.01).

Nesse sentido, para que haja desenvolvimento econômico e social para o Sertão de Alagoas, segundo as forças dirigentes, é necessário enfrentar “o grave problema de recursos hídricos” (COHIDRO, 1991, p.02). Como alternativa, o aproveitamento do Rio São Francisco deve ser avaliado, especificamente o uso da água do reservatório de Moxotó e o futuro reservatório de Xingó, com a construção da Usina Hidroelétrica de Xingó, entre os municípios de Alagoas e Sergipe, concretizada em 1994. Sendo mais viável a “tomada d’água no rio Moxotó, com recalque de 6500 m de comprimento até a estrutura de transição com emboque no canal adutor de cota 300m” (COHIDRO, 1991, p.63).

Se em um primeiro momento o canal do sertão se articula com as políticas dos Planos Nacionais de Desenvolvimento no período ditatorial, em um segundo, busca-se a articulação material com a construção da usina de Xingó

É deixado claro no relatório que a oferta de água de forma plena para toda a população seria economicamente inviável, sendo eleito como prioridade “tipos de aproveitamento que proporcione a população rural meios de subsistência durante as estiagens prolongadas” (COHIDRO, 1991, p.02). Esse aproveitamento pode ser sintetizado nas seguintes metas:

Abastecimento d’água aos perímetros de irrigação;

Fornecimento d’água para o gado e para as mínimas necessidades dos pequenos proprietários;

Através da introdução da piscicultura, criar condições para ofertar alimentos de alto valor proteico a baixo custo;

Treinamento e orientação em métodos agrícolas modernos, através da implantação de áreas piloto de irrigação;

Geração de renda e de oferta de alimentos durante todo o ano, utilizando-se o trabalho comunitário nas unidades econômicas pontuais;

Oferta de água tratada para consumo às populações urbanas e das cidades e distritos populosos (COHIDRO, 1991, p.04).

A região de interesse situa-se em sua maior parte no Sertão alagoano, Vale dos rios Moxotó, Capiá e Ipanema. O levantamento populacional, a caracterização socioeconômica realizada pela COHIDRO (1991), não só tem por base o estudo do IPT (1981), como os resultados apresentados são os mesmos, com economia voltada para a produção de feijão, algodão, mandioca. E na agropecuária, com destaque a microrregião de Batalha, grande bacia leiteira.

A região direcionada no projeto foi apenas a microrregião do sertão de Alagoas. Há constância nos relatórios sobre a caracterização física e econômica, apesar de ser citada a microrregião de Batalha, ela é abandonada no projeto de irrigação, vejamos:

TABELA 2: Áreas potencialmente irrigáveis, elaboração da autora tendo como referência COHIDRO (1991)

PERÍMETROS DE IRRIGAÇÃO	CIDADES	SOLOS IRRIGÁVEIS	POTENCIALMENTE
Perímetro de Irrigação Moxotó	Pariconha e Delmiro Gouveia.	1000 há	
Perímetro de Irrigação Delmiro Gouveia	Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado e Água Branca	1000 ha.	
Perímetro de Irrigação Capiá	Canapi e Inhapi	9000 há	
Perímetro de Irrigação Riacho Grande	Senador Rui Palmeira, Carneiros, Olho D'Água das Flores, Santana do Ipanema e São José da Tapera.	4500 há	

Na descrição do projeto de construção do canal de Sertão se prevê “a irrigação de cerca de 20.000 hectares de terras, em sua primeira fase, além de outros usos, tais como, abastecimento de água, piscicultura, dessedentação de animais, entre etc., visando resolver o problema da seca que aflige a região” (COHIDRO, 1991, p. 01), o Canal Adutor tem seu traçado desenvolvido no sentido geral SW NE, com extensão de 100km.

Dessa maneira, mesmo com toda discussão da SUDENE na década de 60, compreendendo a seca como fenômeno climático, que se insere nas dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais. Sendo alertado no relatório do GTDN (1967), o problema que ocorre, principalmente nas áreas semiáridas, é de uma economia frágil, com base na agricultura e pecuária, e quando nos períodos de seca é devastada. O que em parte, garante a renda das famílias sertanejas, são os auxílios

governamentais. Outro ponto abordado é principalmente com crítica às construções hídricas como forma de “resolução do problema da seca”. É essa perspectiva de combate à seca que se insere o projeto de execução do canal do sertão alagoano, no período do governo de Geraldo Bulhões.

O projeto ficou paralisado durante o governo subsequente de Divaldo Suruagy, sendo alegado a falta de estudo acerca da viabilidade dessa construção.

Apesar das obras terem sido iniciadas em 1993, durante o mandato do Governador Geraldo Bulhões, estas foram interrompidas durante o seu sucessor, Divaldo Suruagy, devido aos estraves políticos do Estado e diante da alegação de que não havia estudo técnico que comprovasse a viabilidade do projeto (LEMOS, 2013, p.160).

Em 1999, a CODEVASF publicou o Relatório Final do levantamento de solos, classificação de terras para irrigação e de aptidão das áreas que incluiu o agreste. As obras foram retomadas no governo de Ronaldo Lessa (1999-2005) e foi dada continuidade nos governos de Teotônio Vilela (2006-2014) e Renan Filho (2015- dias atuais) (ALAGOAS, 2017).

Segundo Lemos (2013), durante o mandato do Governador Ronaldo Lessa, as obras foram retomadas e o primeiro trecho (45 km iniciais) foi concluído durante o governo de Teotônio Vilela Filho.

Esse último, apesar de ser contra a transposição nacional do São Francisco, foi defensor ferrenho da Transposição em Alagoas, em seu discurso afirma que,

[...] pessoalmente transformei numa quase obsessão, é a construção do Canal do Sertão, que se estenderá por 220 quilômetros, permitindo a irrigação de 116 mil hectares em 32 municípios de Alagoas. Este canal, que tomará água na represa de Moxotó, beneficiará 700 mil pessoas, que habitam o Sertão [...] O Canal do Sertão, é bom que se repita, representará para os sertanejos de Alagoas a possibilidade de enxergar a esperança no futuro de suas vidas e num horizonte tão cinzento e sombrio quanto a caatinga que os cerca (VILELA FILHO, 2003, p.41).

O empreendimento ganhou dimensões maiores no Governo de Renan Filho, o Canal possuirá um total de 250km de extensão, abrangendo 42 municípios. Desde 2007, o projeto do Sertão alagoano foi inserido nas obras do PAC-Programa de Aceleração do Crescimento do governo Federal. “Desde então, a construção do Canal

do Sertão tem se dado através de uma parceria entre o Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional (MI), e o Governo de Alagoas, através da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEINFRA)” (ALAGOAS, 2017, p.19).

Se por um lado, vemos a modificação física no projeto, por outro vemos sua diferenciação discursiva. Através de vídeos oficiais² produzidos pelo então governo do estado, o canal do sertão alagoano atenderá as seguintes frentes: a) Agricultura irrigada; pecuária e piscicultura; b) Abastecimento de água para cidades do alto-sertão alagoano; c) Criação de empregos. Faião (2010) demonstra quais os objetivos almejados pelo governo do estado, que são os seguintes:

- a) Oferta de água tratada para consumo das populações urbanas das cidades e distritos mais populosos;
- b) Geração de renda e de oferta de alimentos durante todo o ano, utilizando-se o trabalho comunitário nas unidades econômicas pontuais;
- c) Abastecimento de água aos perímetros de irrigação;
- d) Fornecimento de água para o gado e para as mínimas necessidades dos pequenos proprietários;
- e) Através da introdução da piscicultura, criar condições para ofertar alimento de alto valor proteico a baixo custo;
- f) Treinamento e orientação em métodos agrícolas modernos, através da implantação de áreas pilotos de irrigação (FAIÃO, 2010, p.66-67).

Entretanto, não menciona a geração de empregos que marcou o discurso de inauguração do trecho III do canal do sertão em Inhapi, em 2015. A fala feita pelo então governador do estado de Alagoas dá destaque à obra como maior empregadora da região, tendo a necessidade de mantê-la viva para que continue empregando.

Essa obra que a gente tá vendo aqui, e que separa essa ala que está vestida de macacão, capacete, de bota e com seu celular filmando essa solenidade é a ala dos trabalhadores. Que é o Canal do Sertão de Alagoas, o maior empregador dessa região do estado. Por isso, a

² GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/mochilao/canal-do-sertao-alagoano-al>. Acesso em: 30 abr. 2017.

gente tem que mantê-lo vivo, com gente trabalhando, com gente sustentando sua família, com gente querendo contribuir com o progresso do Brasil.³

Essa agregação da mão-de-obra em períodos de secas já foi usada como justificativa para a construção de obras hidráulicas, principalmente no início do século XX e ganha novas faces no nosso século. Assim, enquanto o IPT (1982) vislumbrava o canal do sertão como proporcionador da agricultura que ocupasse a mão-de-obra e impedisse o êxodo rural, atualmente é a construção em si, e não o resultado dela, que está ocupando a mão-de-obra.

Na atualidade, mesmo existindo a perspectiva de convivência com o semiárido, a Transposição do São Francisco, “solução” proposta no século XIX, é posta em prática na contemporaneidade. Apesar de ser ter como justificativa levar água para os sertanejos, “a maior parte das áreas irrigáveis (cerca de 70%) está nos últimos 100 Km do Canal, nos municípios de Arapiraca, Lagoa da Canoa, Craíbas e Palmeira dos Índios” (ALAGOAS, 2017, p.22), ou seja, no Agreste do estado de Alagoas, como o maior objetivo do Canal do Sertão é a irrigação, e a região Agrestina a maior beneficiada.

A região abrange uma área total de, aproximadamente, 13.230.30 km² no Estado de Alagoas, representando 47,36% da área total do estado, beneficiando diretamente 42 Municípios. O principal município é Arapiraca, localizado na zona agreste, onde o clima permite desenvolver uma agricultura voltada basicamente para o plantio de fumo. (CODEVASF; HYDROS TECNOSOLO, 2003, p.10)

Assim, o discurso da seca serviu para engendrar a construção do Canal do sertão, mesmo havendo estudos da falência de obras hídricas no enfrentamento da seca, além da existência de propostas mais viáveis e menos nociva ao meio ambiente, como a convivência com o semiárido.

³ GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qdQYkM-gW_o. Acesso em: 30 abr. 2017

Considerações finais

Mesmo existindo perspectivas de convivência com o semiárido, a Transposição do São Francisco “solução” proposta no século XIX, é posta em prática na contemporaneidade. O que podemos observar no percurso de elaboração e execução da obra é que houve mudanças nos objetivos, no percurso, na população alvo e na própria compreensão do canal do sertão enquanto política de intervenção para o semiárido. No primeiro momento, a obra se articula ao projeto de desenvolvimento e integração nacional através Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II, que tinha como política a irrigação. Depois, vai se perdendo progressivamente a ideia do desenvolvimento, permanecendo a perspectiva de combate à seca, mediada tomada no início do século XX, e criticada posteriormente por não resolver a crise que se instala no período de grandes estiagens, além de servir para manutenção do poder das elites locais. Podemos concluir que:

1º A transposição do rio São Francisco é uma alternativa pensada no séc. XIX; 2º O Canal do Sertão, na fase inicial, é uma política do governo ditatorial que visa o desenvolvimento do Nordeste através da irrigação, projeto que faz parte dos Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II; 3º O objetivo primeiro era impedir o êxodo rural, mas que se transfigura no combate à seca; 4º O percurso do Canal se limitava a microrregião do sertão de Alagoas, mas se ampliou até o agreste, sendo essa região a maior beneficiada por ter os maiores perímetros irrigados, cerca de 70% do total; 5º A utilização prática é ocupar mão-de-obra, medida bastante aplicada entre a primeira e a segunda metade do século XX; 6º Podemos constatar a limitação das obras hídricas para o enfrentamento da seca.

Se resta alguma dúvida quanto a resolução da pergunta feita no título deste artigo, podemos equacioná-la aludindo que, enquanto política de intervenção hegemônica no semiárido a construção do Canal do Sertão permeia os projetos históricos de combate à seca, e as das diversas faces de desenvolvimento regional.

Referências

ALAGOAS. *Estudo sobre o Canal do Sertão*. Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio SEPLAG, 2017. 32p.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Nordeste e a questão regional*. São Paulo: ática, 1988.

BRASIL. *I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)- 1972/74*. Diário oficial de 17 de dezembro de 1971.

BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)- 1974/79*. Diário oficial de 06 de dezembro de 1974.

BRASIL. *Resolução nº 107/2017*. Estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência. Recife, 2017.

CASTRO, I. E. . *Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste*. In: Rozendahl, Z.; Corrêa, R. L.. (Org.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

CODEVASF; HYDROS TECNOSOLO. *Sertão Alagoano: estudo de viabilidade do aproveitamento integrado dos recursos hídricos do projeto Sertão Alagoano*. Relatório final. Brasília: CODEVASF, 2003. 7 tomos em 14 volumes. Disponível em: <http://sophia.codevasf.gov.br/index.asp?codigo_sophia=30646>. Acesso em: 6 jun. 2018.

COHIDRO - CONSULTORIA, ESTUDOS E PROJETOS; ALAGOAS (Estado). Secretaria Extraordinária de Recursos Hídricos e Irrigação. *Canal Adutor do Sertão: Projeto Básico*. 1991. ed. [S.l.]: COHIDRO, 1991. 1 v. : il.

COHIDRO - CONSULTORIA, ESTUDOS E PROJETOS; ALAGOAS (Estado). Secretaria de Irrigação. *Sertão Alagoano: pré-viabilidade do sistema integrado de aproveitamento dos recursos hídricos para o Sertão Alagoano: tomada d'água, estação elevatória de Moxotó, Canal Adutor do Sertão*. [S.l.]: COHIDRO, 1991. 73 p. : il. Disponível em: <http://sophia.codevasf.gov.br/index.asp?codigo_sophia=15110>. Acesso em: 9 mai. 2018.

FAIÃO, D. (2010). *Canal do Sertão Alagoano: O Custo da Água*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

FERREIRA, Arnaldo Jorge Maia. *Água, comunicação e poder: A seca: um produto da dominação política e econômica no Nordeste*. Maceió: Edufal, 2002.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Enxadas e compassos: seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919)*. Salvador: UFBA, 2006. (Dissertação)

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974.

GTDN. *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. 2.d. Recife: Ministério do interior- Superintendência do desenvolvimento do nordeste, 1967.

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo-IPT. *Estudo de viabilidade técnico-econômica de irrigação das microrregiões Sertão Alagoano e Batalha*. São Paulo: IPT, 1981. 35 p.

LEMOS, J. V. M. *Água: Direito humano e mercadoria*. Análise do ciclo hidronormativo do Canal do Sertão Alagoano. Dissertação de Mestrado do curso de Direito da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2013.

LISBOA, Josefa Bispo de. *A trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis) simulação da esperança*, 2007. Tese (doutorado) em Geografia. Universidade Federal de Sergipe.

MALVEZZI, Roberto. *Semiárido uma visão holística*. Brasília: confea, 2007.

NEVES, Frederico de Castro. “Desbriamento” e “Perversão”: Olhares ilustrados sobre os retirantes da Seca de 1877. *Proj. História*, São Paulo, (27), p.167-189, dez. 2003.

Oliveira, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

POMPONET, André Silva. 100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. *Conj. & Planej.*, Salvador, n.162, p.58-65, jan./mar. 2009.

SILVA, R. M. Alves da. *Entre o combate à seca e convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Brasília, 2006. Tese (doutorado). Universidade de Brasília.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudo sobre a cultura popular tradicional*: Companhia das Letras, 1987.

VILELA Filho, Teotônio. *A água e o futuro da humanidade*. Brasília: Senado Federal, 2003.

Sobre a autora

Amanda Monteiro Melo é professora da rede municipal de Inhapi-AL. Aluna regular do Mestrado Profissional em Ensino de História /UFS com bolsa da Capes. Especialista em Educação no Semiárido pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL (2018). Especialista em Ensino de História pela Universidade Candido Mendes- UCAM. Graduada em História pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL (2016). E-mail para contato: amandamonteiro5@hotmail.com